

HABEAS CORPUS Nº 528.858 - MG (2019/0249964-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : GREGORIO ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE
ADVOGADO : GREGORIO ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE -
MG166925
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : BRENO FERREIRA BAIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRENO FERREIRA BAIA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.087379-4/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 03/06/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, porque foram apreendidos na sua residência vários comprimidos de ecstasy, alguns esfarelados, acondicionados em 3 (três) invólucros plásticos, pesando 9,6g (nove gramas e seis decigramas); 1 (um) bloco com possíveis anotações referente à comercialização de entorpecentes; balança de precisão; 2 (dois) sacos plásticos contendo um pó esbranquiçado – provavelmente utilizado para misturar os entorpecentes –, com peso de 571g (quinhentos e setenta e um gramas), que não reagiram para cocaína e MDMA (ecstasy); vidros de corante líquido vazios, produto este utilizado para dar cor aos entorpecentes; vidros de corante líquido da cor verde, substância esta utilizada para dar cor aos entorpecentes; colheres e peneira utilizadas para fração de entorpecentes; instrumento de ação comumente utilizado para fracionamento de drogas.

Em audiência de custódia realizada no dia 04/06/2019, o flagrante foi homologado e a prisão convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ*, o Tribunal *a quo* denegou a ordem, mantendo o encarceramento preventivo.

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente *mandamus*, no qual o Impetrante sustenta que "*não se mostra evidente e concreto o perigo à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal*", motivo pelo qual "*se mostra desnecessária a prisão decretada e a aplicação de cautelar se mostra suficiente para qualquer resguardo necessário*" (ambos à fl. 7).

Aduz que o Acusado "*não possui condenações anteriores com trânsito em julgado, a verdade real dos fatos é que o PACIENTE teve em processos anteriores a conduta descrita no artigo 33 da Lei 11.343/06 desclassificada para o artigo 28 da mesma lei, o que não gera reincidência*" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente. No mérito, pleiteia pela revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, pela sua substituição por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 158-160.

Foram prestadas informações às fls. 164-238.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 242-250, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que foi expedido alvará de soltura em favor do Paciente, em 18/11/2019, pelo Juízo de primeira instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora